

Compromisso

Governador Anthony Garotinho manda reestruturar a CEDAE

O governador Anthony Garotinho determinou ao Presidente da CEDAE, Alberto José Mendes Gomes, que promova definitivamente a reestruturação da Companhia, de forma a dar autonomia administrativa e operacional aos Distritos de Água e Esgotos. O objetivo é dar mais liberdade de ação à Empresa e respostas mais rápidas aos consumidores. O compromisso do governador de preservar a CEDAE

pública foi anunciado pelo próprio presidente, em entrevista exclusiva ao Jornal da ASEAC. “Nunca tive dúvidas disso, se tivesse não seria presidente desta Companhia”, disse Alberto Gomes.

Páginas 4, 5 e 6



**Luta contra
privatização
perde dois
combatentes**

Página 8

**Presidente da CEDAE prestigia
ASEAC e participa da festa
de confraternização que marcou
também a inauguração da
nova sede da ASEAC**

Página 7

**Recursos para
obras da Barra
ainda enfrentam
polêmica**

Página 8

Associação dos Empregados de Nível
Universitário da CEDAE

Rua Sacadura Cabral, 120, Grupo
1004, Centro Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 263-6240
Telefax: 253-7482
Internet: aseac1@ism.com.br
Home Page: aseac.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
Dario Mondego
Diretor Vice-presidente
Paulino Cabral da Silva
Diretor Administrativo
Júlio César Oliveira Antunes
Diretor Financeiro
Edson Reis da Silva
Diretor de Comunicação
Flávio José Soares de Moura
Diretor Técnico
Claudino Victor R. E. Santo
Diretor Social
César Lima da Graça
Diretor Jurídico
Aloysio Gomes Feital Filho
Diretor Adjunto
Flávio de Carvalho Filho

CONSELHO DIRETOR

Representante dos Administradores
Luziete Francisca da Silva
Advogados
Sueli Kolling Turano
Aposentados
Maria Christina Piragibe
Maria Carmem M. Almeida
Nelson Martins Portugal
Armando Costa Vieira
Edison Bittencourt Rosa
Arquitetos
Marilusa de Andrade da Fonseca
Sócios Aspirantes
Wagner Gonçalves Mondego
Demais Categorias
Antonio Bastos de Oliveira
Economistas
Firmino Gustavo Gameleira
Engenheiros
Daisy Cristina de A. Menezes
Sidney do Valle Costa
Sidney Werneck dos Santos

CONSELHEIROS NATOS

Antônio Inácio da Silveira, Walnir
Bittencourt de Oliveira, Emy
Guimarães de Lemos, João Carlos do
Rego Pinto, Renato Lima do Espírito
Santo e Carlos Henrique Soares de
Menezes e Jaime Dutra Noronha.

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Aloísio Souza da Silva, José
Alberto Burd e Gerson Pereira L.
Nascimento. Suplentes: Antônio
Bastos de Oliveira, Jorge Rodrigues
Leitão e Leon Ambram

Produção e Edição

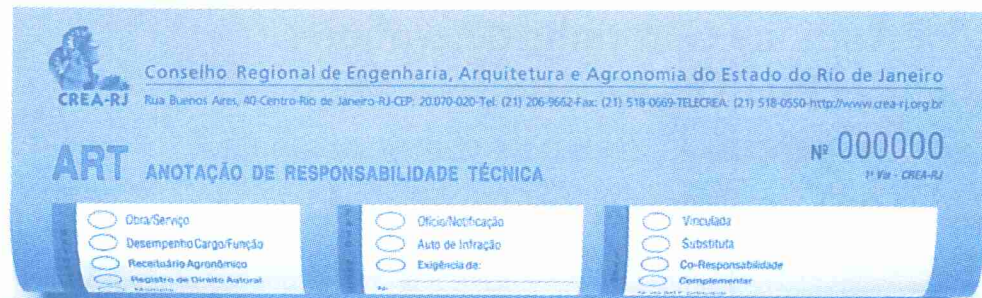
Planin-Assessoria de Comunicação
Tels: (021) 220-2461/524-0890
planin@unikey.com.br

Jornalista Responsável
Anne Raquel Sampaio
MTB: 13.773 / RJ

Diagramação e Arte
J. Paulo Eleutério

Edição de Novembro/
dezembro de 2000
Tiragem: 2.000 exemplares

QUEM TEM ORGULHO DA OBRA ASSINA EMBAIXO



Segurança. Prestígio. Proteção. Compromisso.

ART-Anotação de Responsabilidade Técnica

*é o documento fundamental
e indispensável para todos os engenheiros,
arquitetos, agrônomos e demais
profissionais vinculados ao Sistema
CONFEA/CREAs. E para quem
contrata esses profissionais.
ART é acervo técnico.
Direito e obrigação.*



CREA-RJ

www.crea-rj.org.br
crea-rj@crea-rj.org.br

Rua Buenos Aires, 40 • Centro • Rio de Janeiro / RJ • CEP 20070-020
Tel: (21) 206-9662 • Telecrea: 518-0550 • Fax: 518-0669

Trajetoária infernal

Há quase cinco anos, vimos na trajetória da vitória da manutenção do Saneamento Básico na gestão pública.

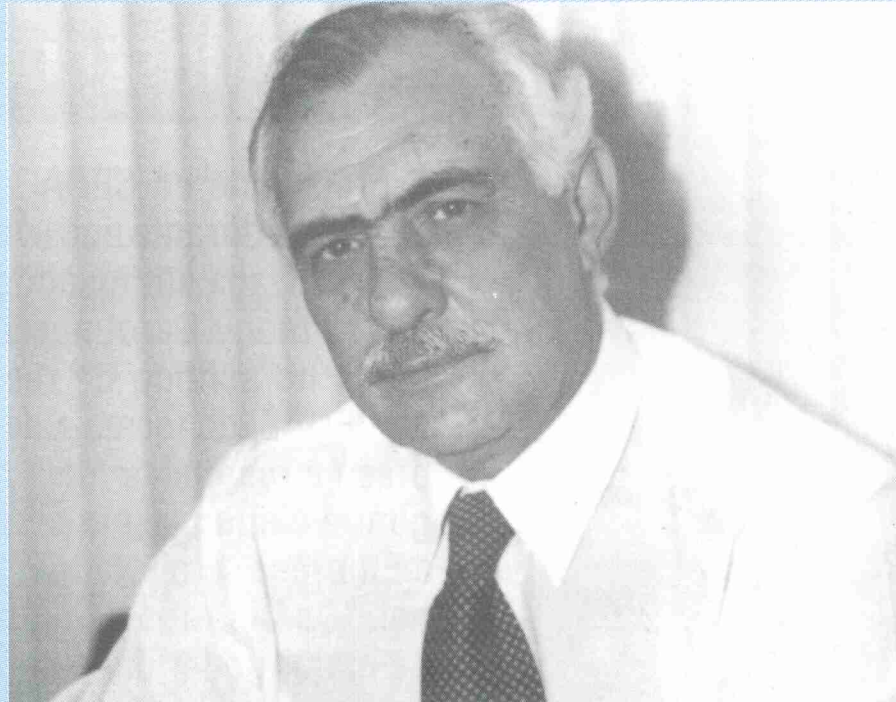
O sabor de vitória final vem-nos em doses homeopáticas. A alegria de um fato positivo no decurso da luta, segue-se uma instabilidade, fazendo-nos lembrar de que um guerreiro não deve adormecer sob louros. A história nos conta a trágica derrota dos troianos, que se entregaram à euforia, adentrando pela madrugada, após vitoriosa batalha, mas sucumbiram bêbados e sonolentos, diante dos soldados espartanos, que se ocultaram no interior de um cavalo de madeira, festejado como troféu da vitória.

Tem sido assim conosco. Quantos “cavalo de Troia” têm-se-nos apresentado! O primeiro veio dos Alencar. Festejávamos a vitória do Marcello nas urnas. Era o nosso governador! Relaxamos. De repente, nos atacaram. Sorte que não estávamos adormecidos e logo reagimos. Não sucumbimos diante de seu “exército”. Aquele fato fez-nos a insônia permanente. Há entre nós a consciência de que já não há mais o “berço esplêndido”. Daí, a cada batalha, há a expectativa de que estão desenvolvendo uma nova estratégia. Vem-nos o desafio de especular e de antever para a defesa cabível.

É bem verdade que não temos estado só. Temos tido significativos aliados em momentos derradeiros. A ALERJ, que se perfilara ante ao governo estadual, aprovando-lhe o PED – Programa Estadual de Desestatização que, ao qual, incluíram a CEDAE, curvou-se ao discurso do então candidato da preferência popular e virtual vencedor, Anthony Garotinho, que se declarou contrário à privatização da CEDAE. Venceu e, se fôssemos troianos, teríamos-nos embriagado de alegria, quicá alcoolicamente. Não teria sido nenhum absurdo! Entretanto a prudência fez-nos comedidos.

O grande novo aliado tem-nos deixado em estado de alerta máxima. Volta e meia, curva-se à pressão dos algozes. Recentemente, quase se iludiu com a pretensa privatização do Saneamento Básico para a Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá, deixando de arrecadar em torno de R\$ 10 milhões mensais, através da CEDAE, o suficiente para construir o emissário em três anos, sem recorrer à mão “caridosa” do empreendimento privado que, ao final do contrato de oito anos previstos, arrecadaria, no mínimo, R\$ 960 milhões. Felizmente já passou. O governador desperdiçou da hipnose. Assumiu o que é seu legalmente, até prova em contrário.

Foto: Arquivo



“O sabor de vitória final vem-nos em doses homeopáticas. Mas a história nos conta a trágica derrota dos troianos, que se entregaram à euforia e sucumbiram bêbados e sonolentos, diante dos soldados espartanos, que se ocultaram no interior de um cavalo de madeira.”

Entretanto, os aliciadores estão de plantão. Fingem vagar nos corredores dos poderes constituídos. Não desistem. Parecem um vírus a espreitar as próximas vítimas e, como tal, também podem se apresentar com formas diversas. Por isso, seguem caminhos que parecem não ter nada a ver, mas que só tem a ver. Se utilizam de estratagemas.

Tempos atrás, desmontaram a CEDAE para torná-la ineficiente. Conseguiram de forma tão eficaz que, até hoje, ela vagueia, embora ainda guarde dentro de si a capacidade técnica remanescente de velhos profissionais dedicados à causa da saúde pública. No início, parecia-nos incompetência governamental. Depois ...

Assistimos o bombardeio à poluição das praias e das Lagoas Rodrigo de Freitas e de Marapendi. Parecia uma reação localizada. Não era. Tinha como pano de fundo o “filé-mignon” da Barra, Recreio e Jacarepaguá. Pura dissimulação.

Há outras formas. A última tem outro endereço – a Prece. “Com uma cajadada, querem matar muitos coelhos”: a exi-

gência da paridade no pagamento da contribuição dos Fundos Previdenciários que variava, até o dia 15/12/2000, igual ou acima de dois para a patrocinadora e um para o participante, fruto de uma emenda constitucional, parecia uma ação do governo para desonerar mais as estatais, em face de seus altos custos de gestão. Entretanto percebe-se, hoje, que há um interesse maior de empreendimentos privados neste setor, principalmente o internacional. No nosso caso, a Prece, vem corroborar, também, para exibir como vitrine o que eles chamam de corporativismo. É a desestabilização imaginada, exatamente no momento em que o governador retrocedeu contrariando a “gangue”.

A propósito. Que insensibilidade de governo! Festejávamos o final de um ano, com a esperança de um promissor século XXI, quando o governo anunciou a intervenção em diversos Fundos Previdenciários, dentre eles a nossa Prece. Imagino que noites de tensa insônia vem judiando dos velhinhos assistidos por esses Fundos penalizados.

Mas isso não vai ficar assim! Lutaremos. Moveremos ações judiciais. Temos defesas já que não somos inadimplentes junto à Secretaria de Previdência Complementar. A solução estudada e apresentada para atender à emenda Constitucional foi rejeitada por aquela Secretaria. Com isso, uma nova solução estaria fora do prazo estabelecido em Lei. Daí a decisão de colocar na Prece um Diretor Fiscal. É a intervenção relativa, a um passo da intervenção absoluta, capaz de comprometer os Planos de Benefícios e até inviabilizar a Prece.

Fortaleceremos a Deputada Federal Maria Abadia, do PSDB-DF, que apresentou projeto de decreto legislativo em defesa do bolso do trabalhador, que mais uma vez vê esvaziar-se por ação governamental que lhe obriga a aumentar o valor da contribuição, tirando do seu já míngua salário e/ou proventos.

Todos sonham com a aposentadoria digna. Os Fundos proporcionam essa realização. Mas o governo ameaçador intervém nos Fundos, não para salvá-los mas para viabilizar a sua “falência”, despertando o sonhador e levando a velhice assistida à mendicância.

Mensalmente, aqui estamos apontando uma coisa e outra na esperança de que possa estar sendo útil a uma causa social.

Estamos caminhando para o quinto ano de luta. Se ainda não vencemos, também não fomos totalmente derrotados.

Nesse final de ano 2000, conseguimos que o governador invadisse a CEDAE para exigir-lhe a reorganização. Que bom! Oxalá seja ampla e irrestrita! Que entregasse à CEDAE a administração das obras necessárias ao Saneamento Básico da Barra, Recreio e Jacarepaguá. Conseguimos que o Alberto, presidente da CEDAE, afinal, viesse à inauguração das novas instalações da “República” da ASEAC – forma como a trata quando se sente atacado. Recebeu o nosso abraço fraternal, em agradecimento às suas palavras carinhosas e à carta que nos enviou, onde retrata a sua opinião acerca das privatizações.

Finalizo, desejando a todos que nos lêem, muita saúde, paz e prosperidade no ano 2001 e no século que se inicia, extensivo a todos os seus familiares.

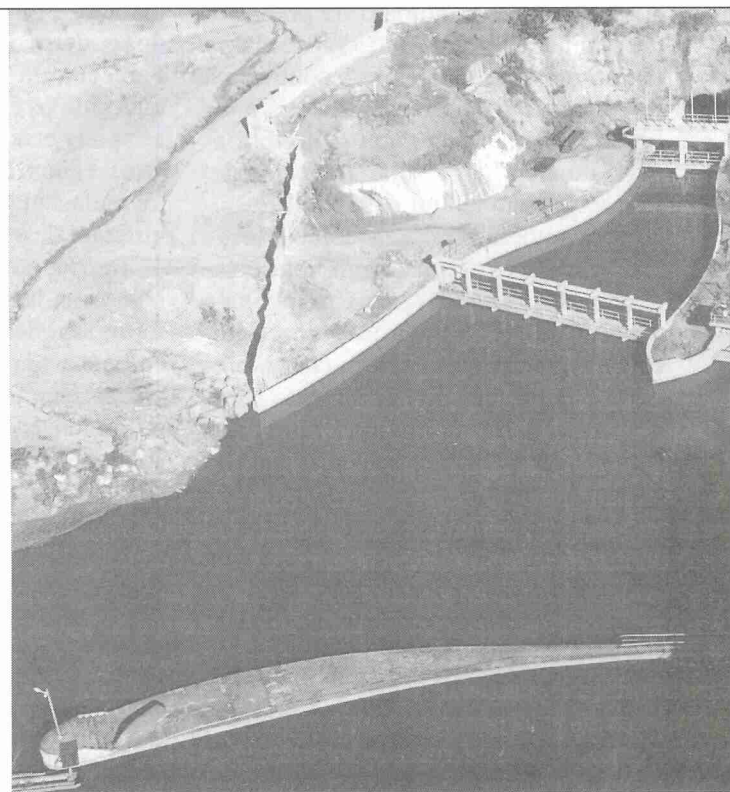
Dario Mondego
Presidente

Vitória do b

Governador Garotinho desiste a descentralização operacional

O presidente da CEDAE, Alberto José Mendes Gomes, anunciou durante entrevista exclusiva ao Jornal da ASE-AC, realizada em meados de dezembro, que o governador Anthony Garotinho determinou a realização de estudos no sentido de reestruturar todo o organograma da CEDAE, de forma a dar mais liberdade de ação à Empresa e respostas mais rápidas aos consumidores. Segundo ele, o projeto abrange duas etapas: na primeira, a Empresa será totalmente voltada para a área operacional. “Os Distritos de Água e Esgotos serão as instâncias de maior poder decisório da Empresa, com dotação orçamentária própria para operar livremente. Vamos enxugar as atividades-meio”, disse Alberto Gomes. Na segunda, as atividades-meio serão quase que totalmente extintas, fortalecendo todas as atividades nas pontas. Com isso, os Distritos vão ter autonomia financeira e estrutura própria de pessoal. “A diretoria da CEDAE vai ser um órgão regulador e normatizador apenas”, afirmou. Alberto prometeu também oxigenar os quadros técnicos da Empresa, promovendo a transição do comando da CEDAE para a nova geração de técnicos.

Solução defendida pelos técnicos da Companhia há anos, a CEDAE deverá ser finalmente reestruturada, de forma a ganhar mais autonomia operacional e administrativa, melhorando os serviços prestados à população do Estado do Rio



Com senso

e privatizar a CEDAE e determinar a estrutura e administrativa da Companhia

JORNAL DA ASEAC - Como está a questão do Saneamento da Barra da Tijuca/Recreio/Jacarepaguá? O bairro do Recreio deverá ficar mesmo fora dessas primeiras obras?

ALBERTO JOSÉ MENDES GOMES – O Saneamento do Recreio dos Bandeirantes vai ser feito num segundo lote de obras, que deverão ser licitadas em março de 2001. Agora, a determinação do governador é de fazer as obras de Saneamento da Região da Barra e Jacarepaguá, de forma definitiva com recursos do Fundo de Conservação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro – FECAM (provenientes dos royalties do petróleo). Todas as etapas das obras serão fiscalizadas e operadas pela CEDAE. A frase do governador é a seguinte: Só não vale é não fazer. Portanto, temos que fazer as obras.

JORNAL DA ASEAC - O governo do Estado já concluiu o edital para a realização das obras naquela Região? Alberto Gomes – O edital já está a venda. Até sexta-feira (16/12), 35 Empresas – nacionais e internacionais – compraram o documento. As propostas serão abertas no dia 27 de dezembro. Inclusive, o governador quer a abertura dos envelopes com grande cobertura de mídia, para que haja total transparência

na apuração do resultado.

JORNAL DA ASEAC - Já existe um valor definido para essas obras?

ALBERTO GOMES – O primeiro estágio envolve algo em torno de R\$ 140 milhões, só para a Barra da Tijuca.

JORNAL DA ASEAC - Que outras obras existem hoje no Estado sob a responsabilidade da CEDAE?

ALBERTO GOMES – Esta semana (17 a 23/12) publicamos na Revista Veja o anúncio da inauguração das Estações de Tratamento de Esgotos de Alegria e de Sarapuí/Pavuna. Na próxima semana, anunciaremos as obras das praias do Leblon e Ipanema, onde estamos investindo R\$ 50 milhões; na outra semana saem as obras da Barra da Tijuca, com todos os detalhes técnicos que envolvem o projeto.

JORNAL DA ASEAC - É uma decisão do governador Garotinho a retomada da CEDAE em Niterói? Qual a proposta do governo para equacionar o problema?

ALBERTO GOMES – O governador Garotinho determinou que todos os esforços sejam feitos para retomar a CEDAE em Niterói. Nós já tivemos uma reunião com a Procuradoria do Estado, juntamente com a diretoria financeira da CEDAE, e concluímos que a grande saída jurídica, que daria força à retomada da CEDAE, seria o rompimento unilateral por parte do governo do Estado do convênio assinado pelo ex-governador Marcello Alencar, “no apagar das luzes” de seu governo, no dia 31 de dezembro de 1998. O governador Garotinho já fez o “destrato” do contrato assinado. Agora, nós entramos com uma ação na justiça pedindo a retomada de posse. No caso de Campos, nós entramos com uma outra ação pedindo a posse de todos os imóveis não operacionais que compõem o patrimônio da Companhia naquela cidade.

JORNAL DA ASEAC - De qualquer forma, tudo vai depender da Justiça?

ALBERTO GOMES – Exatamente, vai depender da Justiça.

JORNAL DA ASEAC - Nós temos informações de que o ex-secretário de Fazenda, Carlos Sasse, está fazendo um estudo para a reestruturação da CEDAE. O senhor pode nos explicar melhor a proposta do governo?

ALBERTO GOMES – Há uma determinação do governador de fazer uma ampla reestruturação na CEDAE, fortalecendo as pontas – a área operacional. Aliás, esta determinação me fez lembrar de um ensinamento do engenheiro Luiz Paes Leme – uma pessoa que me ensinou muito dentro da Empresa -, que dizia o seguinte: a guerra quem ganha são os coronéis, não os generais. Então, vamos reestruturar todo o organograma da CEDAE, voltando a Empresa totalmente para a área operacional. Os Distritos de Água e Esgotos serão as instâncias de maior poder decisório, com dotação orçamentária própria para operar livremente, dando ao consumidor respostas mais rápidas. Vamos “enxugar” as atividades-meio. A seguir, em uma segunda etapa, as atividades-meio serão quase que totalmente extintas, fortalecendo todas as atividades nas pontas. Quero dizer o seguinte: Os Distritos vão ter autonomia financeira e estrutura de pessoal. A diretoria da CEDAE vai ser um órgão regulador e normatizador e cada chefe de Distrito terá que apresentar um coeficiente de desempenho “X” para se manter no cargo.

JORNAL DA ASEAC - É mais ou menos como o modelo de gestão da Sabesp, que se utiliza das Unidades de Negócios?

ALBERTO GOMES – O espírito é o mesmo. Nesse momento, o Sasse e uma equipe específica estão estudando o assunto. Essa decisão foi tomada em decorrência da última visita do governador à CEDAE. Além do Sasse, estão trabalhando na questão o Secretário de Fazenda e Controle, Fernando Lopes; o sub-Secretário de Fazenda e Controle, João Paulo Dutra de Andrade; o Secretário de Saneamento, Luiz Henrique Lima; e eu, como presidente da CEDAE.

JORNAL DA ASEAC - Essa decisão do governador de reestruturar a CEDAE sepulta de vez a hipótese de privatização da Companhia?

ALBERTO GOMES – Eu nunca tive dúvidas; e é importante que as pessoas entendam que o meu relacionamento com Anthony Garotinho transcende a questão da CEDAE. Como também não é porque sou amigo dele que vou me manter presidente da Empresa – uma coisa independe da outra. Tenho que apresentar resultados para ser presidente da Companhia. Um dia desses, disse a ele – do fundo do meu coração – que tudo que tenho, devo a ele. Ele é meu líder político, eu o admiro profundamente e, principalmente, confio nele. Se tivesse qualquer sombra de dúvidas de que houvesse um projeto pessoal dele de dilapidação da CEDAE, manteria minha amizade com ele, mas não seria presidente da Empresa. Sou, porque acredito nos ideais dele. Eu vivo da CEDAE desde o dia em que nasci. Nunca vivi de outra coisa que não fosse a CEDAE. Então, ela é mais forte que tudo, mas sempre renovo a minha confiança no governador. E, é claro, tenho toda a tranquilidade com relação aos objetivos dele, nada

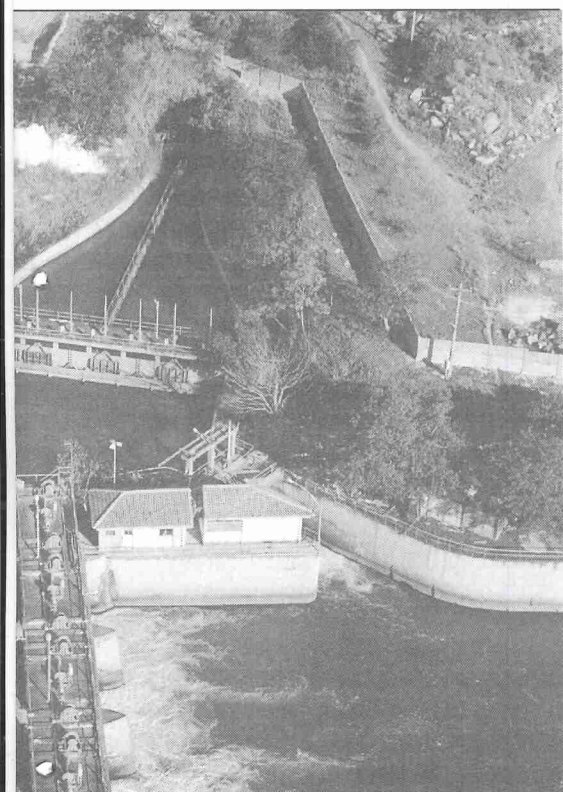
me assusta a respeito do que anda no coração de Anthony Garotinho como homem e como administrador público. Ontem (19/12), às 11 horas da noite, discuti com o governador pelo telefone, a publicação de propagandas a respeito das obras do governo feitas através da CEDAE. Ora, o governador quer fazer propaganda de seu governo, de sua administração, usando a CEDAE. Logo, não tem sentido dizer que ele vai destruir a Companhia. Não é isso?

JORNAL DA ASEAC - Com relação a recursos, o governo do Estado está sofrendo pressões do governo federal, via BNDES, Caixa Econômica ou outro organismo para privatizar a CEDAE?

ALBERTO GOMES – O governo federal não procura o governo do Estado do Rio de Janeiro sem na primeira oportunidade discutir a privatização dos serviços públicos. E a única Empresa que sobrou para privatizar no Estado é a CEDAE. O BNDES, por exemplo, não libera nada. Muito

“O governador Garotinho determinou a retomada da CEDAE em Niterói. A grande saída jurídica seria o rompimento unilateral do convênio assinado no apagar das luzes do governo Marcello Alencar.”

pelo contrário, até fiscaliza quem está liberando para tentar impedir. Já a Caixa Econômica tem conosco, através da superintendência local, um trabalho de muito respeito. Eu não posso criticar a Caixa Econômica e, muito menos o Domingos Vargas (representante da CEF no Rio), que é uma pessoa da maior credibilidade no país. Tenho até que dizer que ele nos ajuda muito; vários projetos de grande alcance social só têm sido realizados graças à equipe da Caixa. Agora, o governo federal, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SDU), pressiona muito, fiscaliza muito; de certa forma, denigre a imagem das companhias estaduais. Mas o governador tem resistido bravamente, na minha opinião. Acho que é hora de o governo federal parar para pensar e encarar a situação com frieza. Em contrapartida, nós, da CEDAE, temos também que encarar nossos defeitos e corrigir a trajetória da Empresa. Não podemos continuar trabalhando da mesma forma que fazíamos há 30 anos.



JORNAL DA ASEAC - De que forma a CEDAE está acompanhando as discussões no Congresso Nacional e no governo federal sobre a necessidade de uma lei que regule o Setor de Saneamento?

ALBERTO GOMES - Participei, em Brasília, de uma reunião da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (AESBE) para definir nossa posição sobre essa matéria. É importante dizer que essa reunião foi promovida pela AESBE, porque senão as pessoas começam a querer dar um caráter político que não é verdadeiro. Nessa reunião, tomei a palavra e disse que não entendia porque não poderíamos fazer valer a nossa posição. Afinal, eu, o presidente da CEDAE, estava ali representando o governador Garotinho. Estavam presentes também, além do secretário de Saneamento do Rio; o representante do PFL do vice-Presidente Marco Maciel, através do presidente da Companhia de Saneamento de Pernambuco; o representante do PFL de Antônio Carlos Magalhães, através do presidente da Embasa, da Bahia; o representante do PT do governador Olivio Dutra, na pessoa do presidente da Corsan, do Rio Grande do Sul; o presidente da Copasa, que representa o governador Itamar Franco; e a Sabesp, que representa o PSDB de Mário Covas. Portanto, não havia nenhuma força política que não estivesse representada nessa reunião. Eu, da minha parte, além de todos os contatos possíveis, mandei correspondência pessoal para deputados e senadores, apelando para a sua atenção ao pedido da AESBE. Muitos deles já responderam, inclusive, de representantes da Comissão da Câmara que trata do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, apoiando a proposta da AESBE defendida pela CEDAE. Já recebemos também cartas de Senadores como Roberto Freire e Ney Suassuna, além de outros formadores de opinião como o próprio presidente do Congresso, Antônio Carlos Magalhães, e vários deputados. Em função do "lobby" da AESBE, o governo federal apresentou uma proposta ao Congresso para votação, que contempla firmemente as expectativas das companhias estaduais de Saneamento. Basicamente, é o seguinte: os municípios que forem autônomos em nível de manancial terão livre escolha entre os sistemas privado, municipal ou estadual; aqueles municípios que integrarem regiões que necessitem partilhar mananciais terão então que ter uma companhia estadual.

JORNAL DA ASEAC - É aquela idéia do Poder Concedente compartilhado?

ALBERTO GOMES - Exatamente. Basicamente, é isso. Aliás, pedi muito aos companheiros da CEDAE que fizessem seu lobby particular. Cada um conhece um deputado, um vereador, um sena-



Fotos de Arquivo

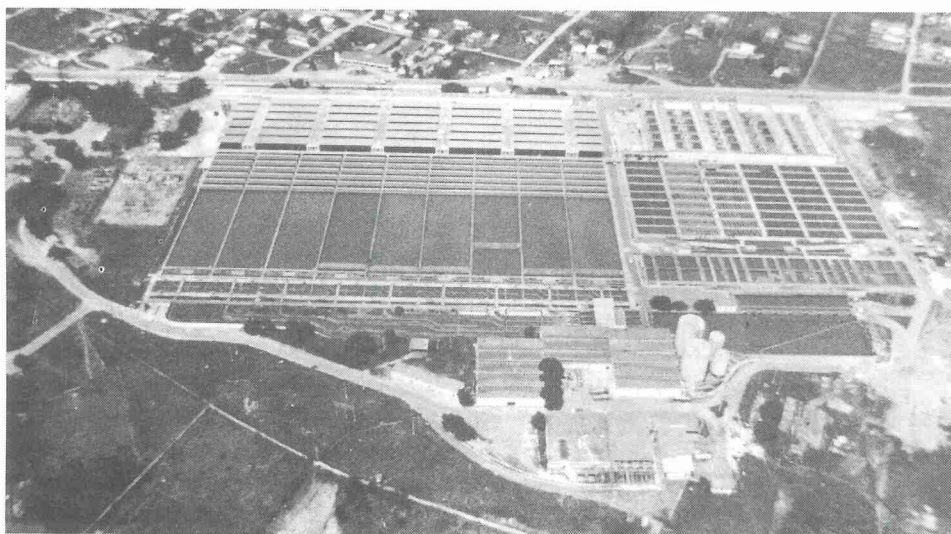
“É preciso que todos tenham a maior atenção com a Empresa. Está na hora de a gente se perguntar o que cada um pode fazer pela CEDAE, porque certamente ela já fez muito mais por nós do que nós fizemos por ela.”

dor... Que façam isso, peçam o apoio deles. Tantos políticos pedem tantas coisas a nós, porque nós não podemos pedir isso a eles nesse momento.

JORNAL DA ASEAC - E para o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG), quais são as metas do governo?

ALBERTO GOMES - O PDBG vive uma fase ótima, como nunca viveu. Isto porque estamos começando a ter resultados concretos. Particularmente, estou muito animado com a implantação desses 1.000 km de redes de água e esgotos que a gente está começando a fazer agora, em dezem-

bro, na Baixada Fluminense. São R\$ 150 milhões em investimentos na Região. Estou muito animado também porque finalmente nós conseguimos a máquina que irá operar e implantar o tronco da alegria até São Cristóvão, por baixa da Avenida Brasil, através de um processo não destrutivo. Finalmente a sonda chegou e nós já começamos a fazer a obra. Com isso, teremos o sistema de Alegria e Pavuna funcionando. E já começamos a negociar com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com os japoneses, o financiamento da segunda etapa do PDBG.



Ameaçada de privatização desde o início do primeiro governo de FHC, a CEDAE é dona da maior estação de tratamento em volume d'água do mundo - O Guandu (foto).

JORNAL DA ASEAC - A ASEAC vê hoje com preocupação a falta de oxigenação da Empresa, considerando que ela precisa urgentemente de novas contratações. O senhor considera que a preocupação da ASEAC procede?

ALBERTO GOMES - Procede sim, e essa é uma segunda etapa do processo de reestruturação da Empresa. Uma etapa que tenho a obrigação de cumprir, promovendo o enquadramento de todos aqueles funcionários que trabalham como nível superior e não estão enquadrados como tal. Estamos pensando nisso também, para que a gente possa "puxar gente para cima" e promover a transição do comando da CEDAE. Hoje, nós temos engenheiros na faixa de 60 anos que estão se aposentando; é preciso que a nova geração tome conhecimento; e eu, como presidente, na idade que tenho - 37 anos - tenho obrigação de fazer isso: colocar a rapaziada nova - e acho que uma das pessoas que mais representam essa geração é o Briar (jovem engenheiro) - no comando da CEDAE. E abrir vagas, de serventes a técnicos, para que se proceda então a sucessão, que é um processo legítimo e natural. A CEDAE só vai sobreviver se fizermos isso.

JORNAL DA ASEAC - Alguma mensagem final aos companheiros da CEDAE?

ALBERTO GOMES - Eu gostaria de pedir que todos tivessem a maior atenção possível com a Empresa. Eu não consigo passar por um vazamento de água ou de esgotos e não pegar um telefone e ligar para a área de operações; ou mesmo ver uma ligação clandestina e não fazer nada. A coisa mais importante no momento é arrecadar. Então, quem conhecer alguém que queira parcelar sua conta, independente da função que tenha, parcele, procure uma loja, oriente um colega para fazer isso. Está na hora de a gente se perguntar o que cada um pode fazer pela CEDAE, porque a CEDAE certamente - eu falo isso com toda pureza do meu coração - já fez muito mais por nós do que nós fizemos por ela. Neste último ano e meio de sobrevivência, tenho abdicado muito da minha vida pessoal em função da Companhia; não me arrependo, porque ela faz parte da história da minha vida e da história do meu pai. Então, o importante é arrecadar; denuncie uma ligação clandestina, anuncie um vazamento à operação; o pessoal do interior precisa ter consciência de que a CEDAE tem uma atividade de saúde pública e deve receber por essa atividade. Receber é tão importante quanto dar saúde à população, porque só através da viabilização comercial dela é que nós vamos manter a CEDAE de pé.

NOTA DA REDAÇÃO - Quando esta entrevista foi realizada (19/12), a licitação para execução das obras da Barra ainda não havia sido realizada. Hoje, 30 empresas disputam a concorrência, realizada em 27/12.

Confraternização

Presidente da CEDAE visita a ASEAC e defende o Saneamento público

A diretoria e o quadro social da ASEAC ficaram satisfeitos com a presença do presidente da CEDAE, Alberto José Mendes Gomes, no último dia 15 de dezembro, na confraternização de final de ano da Associação. A alegria foi maior porque o presidente da CEDAE teve a oportunidade de conhecer as novas instalações da ASEAC, inauguradas, naquele dia, com um coquetel - oferecido pela diretoria e Conselho de Administração, sem ônus para a entidade - aos

Foto: Marcelino M. de Jesus



Sócios, diretores e amigos da ASEAC se confraternizaram na festa na nova sede

associados e convidados.

A nova sede da ASEAC está localizada no grupo 1004 do mesmo prédio da anterior, na Sacadura Cabral, nº 120. Além de participar da festa, o engenheiro Alberto Mendes Gomes entregou uma carta à diretoria da Associação, onde esclarece que sempre foi contrário à privatização da CEDAE e dos serviços de Saneamento Básico como um todo.

O Jornal da ASEAC publica nesta edição a íntegra do documento.

A íntegra da carta de Alberto Gomes à ASEAC

Senhor Presidente da ASEAC,

Faz tempo que li o livrinho do Aloysio Biondi, O Brasil Privatizado - Um balanço do Desmonte do Estado. Ao preço de R\$ 5, lembro bem que se constituiu num fenômeno editorial, e que deu para pensar.

No entanto, não figurou em nenhuma lista dos mais vendidos no país. As explicações eram variadas. Uma das listas se baseava exclusivamente nas vendas das livrarias, não incluindo mala direta ou reembolso. Outra lista consulta por telefone leitores selecionados por sorteio, ao acaso. E assim por diante. A metodologia é sempre impecável, entretanto o resultado, como se viu, era deveras discutível, podendo até esconder um campeão.

Mal comparando, nossa gestão frente à CEDAE vem incansavelmente lutando contra o fantasma da privatização, mas o conhecimento deste fato passa despercebido de muitos.

Como todos sabemos, o movimento geral das privatizações pôs em prática as ordens do FMI e do Banco Mundial, que comandam o processo e fornecem a receita. Para tal busca-se realizar uma lavagem cerebral da opinião pública, com uma mídia amestrada e orquestrada a partir dos comunicados oficiais, prometendo eficiência e tari-

fas mais baixas. Enquanto isso, os contratos sempre garantem ao comprador o direito de aumentos anuais, com base na inflação. Isso, quando as tarifas já tinham sido vertiginosamente aumentadas - reajustes de até 500% nas contas de telefone a partir de 1995, por exemplo, e de 150% nas de energia elétrica - para tornar as empresas mais atraentes para o comprador. Prejudicados foram os pobres, para quem as baixas tarifas funcionavam como uma incipiente redistribuição de renda. E quanto à eficiência, nem é bom falar.

A essas medidas somou-se o acúmulo de demissões, dando ao comprador uma folha de pagamentos aliviada. Para vender a Fepasa, sua ferrovia, o Estado de São Paulo despediu 10 mil funcionários e ficou com o ônus de sustentar 50 mil aposentados. Entregar a empresa, mas responsabilizar-se pela dívida, foi outro recurso generalizado. O mesmo estado vendeu a Siderúrgica Cosipa por R\$ 300 milhões e absorveu as dívidas de R\$ 1,5 bilhão.

Ainda outra constante é saldar em "moeda pobre", como se sabe. Ou seja, o comprador, em vez de entrar com dinheiro, paga com títulos antigos do governo, adquirindo-os por até 50% do seu valor. Dessa maneira, a Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda foi vendi-

da por R\$1,05 bilhão, dos quais R\$1,01 bilhão em "moeda podre", quase nada em dinheiro, portanto.

No caso de uma empresa riquíssima e que dava altos lucros, como a Vale do Rio Doce, o comprador ainda ficou com o direito sobre o dinheiro em caixa - porque havia, e muito, nessas empresas que, segundo o vendedor, eram insolventes e só davam prejuízo - num total de R\$ 700 milhões. E não foi só a Vale do Rio Doce, também a Telesp, ao ser vendida, tinha R\$ 1 bilhão em caixa, que foi para o bolso da Telefônica Espanhola. Vendida por R\$ 2,2 bilhões, o truque reduziu o preço a quase a metade.

Visando a desfazer-se das empresas, o governo dedicou-se a modernizá-las, investindo R\$ 4,7 bilhões na Açominas e R\$ 1,9 bilhão em Volta Redonda, entre outras. A campeoníssima foi a Telebrás, que recebeu em dois anos e meio R\$ 21 bilhões de dinheiro público - contemporâneos aos cortes nos gastos com saúde, educação, verbas para o Nordeste etc.

Consequências: agravamento da recessão e rombo nas contas com o comprador importando o que precisa e exportando lucros. Fábricas fecham, o desemprego acelera, as matérias primas locais se desperdiçam, e quando os cidadãos abriram os olhos tinham perdi-

do um vasto patrimônio e os serviços que dele advinham. Mas em compensação ganharam um bom aumento da dívida, que são obrigados a pagar.

De nossa parte nesta luta, duas foram as frentes no ano que se encerra: a primeira, foi a difícil luta para garantir que a CEDAE realizasse as obras necessárias na Barra da Tijuca e Jacarepaguá, coisa que fomos vitoriosos; e, a segunda, no âmbito da República, a luta pelo projeto de lei de diretrizes para o saneamento no Brasil. Para esta última, oficiamos vários parlamentares do Congresso Nacional, para primeiro apresentar a proposta nascida no seio do Fórum Nacional de Secretários de Saneamento Básico e, anteontem, para reiterar nossa solicitação de apoio aquela iniciativa, bem como esclarecer sobre a última ardilosa proposta do Governo Federal com o seu novo substitutivo ao PLS N.º 266/96, de 7 de novembro passado.

Outrossim, solicito a Vossa Senhoria que divulgue o teor da presente carta no próximo jornal desta Associação.

Grato pela atenção, despeço-me,

Cordialmente,

Engº Alberto José Mendes Gomes
Presidente

INCERTEZA

Recursos para obras da Barra não estão garantidos no orçamento do Estado

Apesar do governador Anthony Garotinho afirmar que a CEDAE vai construir o sistema de esgotamento sanitário (emissário submarino, estação de tratamento de esgotos e parte da rede coletora) que vai sanear os bairros da Barra da Tijuca/Jacarepaguá/Recreio dos Bandeirantes, não existe definido dentro do orçamento do Estado nenhum tostão para a referida obra. Segundo o Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, deputado Carlos Minc (PT), o Governo do Estado ignorou a questão no orçamento de 2001 e não há dotação orçamentária definida para as obras de Saneamento da Região.

Minc explicou que mesmo que Anthony Garotinho utilize os recursos do Fundo Estadual de Conservação do Meio Ambiente - FECAM (provenientes dos royalties do petróleo), para sanear a Região, isto deveria estar definido no orçamento. Disse ainda que, de concreto, existem apenas R\$ 6 milhões para serem gastos na construção do emissário submarino da Barra. Esses recursos foram provenientes de uma emenda do Partido dos Trabalhadores (PT) ao orçamento do Estado.

O deputado Carlos Minc discordou da intenção do governador de usar todos os recursos do FECAM nas obras da Barra da Tijuca/Recreio/Jacarepaguá. Segundo Minc, o governador já deveria ter destinado recursos extras para sanear a Região.

“Nós, do PT, somos convictos de a questão do Saneamento tem que estar nas mãos do poder público. O que não pode é o governador usar toda a verba do FECAM em Saneamento Básico. Ora, esta verba é destinada também à proteção das nossas florestas e lagoas, além de resolver o problema do lixo químico. Ou seja, para solucionar vários pontos relativos ao meio ambiente”.

O deputado acha temeroso também a afirmação de que os recursos do Fundo de Conservação Ambiental serão suficientes para a conclusão daquelas obras de Saneamento: “O Estado não tem certeza de quanto receberá dos royalties do petróleo este ano. Em 1999, os royalties foram de R\$ 210 milhões. Em 2000, chegaram a R\$ 750 milhões, porque houve aumento de produção e do preço do petróleo. Pelo que está apontando o mercado internacional, o preço do barril vai estar em queda em 2001”.

Além de não acreditar que a construção do sistema de tratamento de esgoto da Barra, Recreio e Jacarepaguá fique em R\$ 139 milhões, como estima o Governo, Carlos Minc afirmou que pelas suas contas, o Saneamento da região não ficará por menos de R\$ 180 milhões.

Na opinião do deputado, a CEDAE terá que realizar esta obra, porque é uma obrigação da Empresa resolver a questão, que foi protelada pelos governos anteriores. Mas para ele, a simples promessa do governador não garante a construção do emissário:

“É importante lembrar que, dos R\$ 42 milhões que foram para o FECAM, apenas 1% foi destinado à conservação do meio ambiente. O restante dos recursos, Garotinho preferiu gastar na abertura de estradas em regiões em que ele queria investir politicamente. E no ano 2000, o investimento foi de apenas R\$ 20 milhões em meio ambiente”.

Para o Presidente da Comissão de Meio Ambiente da ALERJ, a questão ambiental ficou relegada ao segundo plano, porque havia interesses maiores na destinação deste

dinheiro: “Entrei com uma ação no Ministério Público e no Tribunal de Contas do Estado, porque houve desvio do dinheiro do FECAM para outros setores. E, apesar de o Saneamento estar incluído como uma das destinações do FECAM, não há garantias de que o dinheiro será usado no Saneamento”, comentou Minc.

O deputado criticou também a postura de Anthony Garotinho em relação à gestão da CEDAE. De acordo com ele, o governador não pode atrelar o investimento em tratamento de água e esgoto à política. Ele citou o caso de Niterói, no qual o governador resolveu romper o convênio com a concessionária Águas de Niterói após se desentender com o prefeito da cidade, Jorge Roberto da Silveira.

“Quer dizer que se ganhasse o Zveiter (Sérgio Zveiter) em Niterói, a política de Saneamento seria uma. Como ganhou o Jorge Roberto, acabou sendo outra. A questão do Saneamento não pode ser tratada desta maneira”. Minc disse que a mesma atitude Garotinho tomou após a vitória de César Maia na disputa pela Prefeitura do Rio, finalizou Minc.

Foto: Divulgação ASEAC



H O M E N A G E M

Luta contra privatização perde dois companheiros

Eles não estão mais presentes entre nós, mas são parte da seqüência de vitórias que a ASEAC vem conquistando na luta contra a privatização da CEDAE. Romar Pereira Mattos (foto), aos 81, e Carlos Morand Bentes, aos 59 anos, faleceram em dezembro, depois de muito serviço prestado ao Saneamento público.

Romar era economista, contador e advogado. Começou sua vida profissional na antiga Companhia Brasileira de Águas e Esgotos de Niterói (CBAEN), em 1942. Depois, passou à Superintendência de Águas e Esgotos de Niterói (Saen), em seguida, Sucesa, Sanerj e mais tarde CE-

DAE. Nascido em 1919, Romar foi Chefe do setor Jurídico e de Expediente da Sanerj. Mais recentemente, ocupou a chefia do Serviço Jurídico da CEDAE, cargo no qual se aposentou em 1984.

Ex-combatente da artilharia anti-aérea, Romar, depois de aposentado, foi presidente do Conselho Fiscal da ASAPAE e colaborador da ASEAC, cujo estatuto estava revisando na ocasião do falecimento. Era casado com a ex-funcionária Osvaldina Cordeiro da Costa Mattos e pai do diretor jurídico da ASEAC, Aloysio Gomes Feital Filho,

O engenheiro civil Carlos Morand

Bentes, outro ferrenho combatente da privatização, era sócio da ASEAC desde 1982. Sua formação técnica e especialização como sanitário foi desenvolvida praticamente na CEDAE. Na Companhia, chefiou a Divisão de Hidrômetro, responsável pela oficina que executa os consertos e aferição dos aparelhos. Conhecido por suas características de grande observador e estudioso, Bentes, mesmo aposentado, tinha uma presença marcante nas atividades da ASEAC, cujo presidente sempre procurava para discutir os problemas da CEDAE, fazer suas análises e dar sugestões.

Jornal da ASEAC

Associação dos Empregados de Nível
Universitário da CEDAE.

Rua Sacadura Cabral nº120, salas 601/ 602/ 607/ 902 - RJ. Tel: (021) 263 6240 - Telefax: 253 7482.
Home Page: www.aseac.com.br / E-mail: aseac1@ism.com.br

IMPRESSO

<input type="checkbox"/>	mudou-se
<input type="checkbox"/>	recusado
<input type="checkbox"/>	desconhecido
<input type="checkbox"/>	endereço insuficiente
<input type="checkbox"/>	não existe nº indicado
<input type="checkbox"/>	falecido
<input type="checkbox"/>	ausente
<input type="checkbox"/>	não procurado
Reintegrado ao serviço postal	
Em <input type="checkbox"/>	Carteiro

